



Informe Parlamentar

DEPUTADO DALMO RIBEIRO SILVA



ANO XI- Nº 2 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MARÇO-2009

S O S C A F É M I N E I R O



Minas Gerais é afetada pela crise mundial, que já é uma realidade no Brasil. Além do setor de mineração, a agricultura mineira, em especial o setor cafeeiro, sofre os efeitos da recessão, que refletem em altos custos de produção e baixo preço do produto no mercado nacional e internacional.

Observa-se de um lado o aumento de 300% no valor do insumo nos últimos dois anos e de outro uma queda de 50% no volume de venda do café – já que, com a crise mundial, as exportações também recuaram fortemente.

Hoje, a crise no setor afeta em cheio Minas Gerais: somos responsáveis por 50% da produção nacional de café, com 1,1 milhão de hectares de lavouras de café e mais de 100 mil produtores, que geram 4 milhões de empregos e movimentam 20 milhões de sacas por ano.

Na luta contra a crise, os cafeicultores, associações comerciais e lideranças políticas se mobilizaram e promoveram na segunda-feira, 16 de março, o movimento “SOS Café”. Os representantes desse importante setor da economia mineira encontraram-se em Varginha para defender o fomento de políticas públicas para o café. O local escolhido pelo movimento não foi aleatório, uma vez que Varginha é uma das maiores cidades do nosso Sul de Minas – região do Estado mais afetada pela crise, que tem na cultura do café o seu principal produto de exportação.

A solução, porém, para esse grave problema precisa vir do âmbito do Governo Federal. Sabendo das dificuldades vividas pelos nossos produtores, o governador Aécio Neves, no início de dezembro, por ocasião do IX Fórum dos Governadores do Nordeste, em Recife (PE), apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva reivindicações dos produtores rurais para o enfrentamento da crise.

Aécio pediu ao Governo Federal a suspensão imediata das dívidas da cafeicultura, para que os produtores consigam recuperar a estabilidade de fluxo de pagamento dentro da cadeia produtiva. O nosso Governador também solicitou que seja feito um novo contrato de opção de venda de café, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O objetivo seria tirar de circulação 6 milhões de sacas, para garantir os preços da safra deste ano.

Tudo indica que esse momento de crise mundial não será passageiro, uma “marolinha” - como classificou o nosso Presidente. Por isso o governo federal, com a ajuda dos governos estaduais e municipais, necessita tomar atitude firme e rápida que perpassem a crise e blindem a agricultura, com políticas de garantia de preço e de seguro rural.

Deputado Dalmo Ribeiro
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Consulta Pública sobre Plano Decenal de Educação começa na terça

Com o objetivo de receber sugestões da sociedade sobre o Projeto de Lei (PL) 2.215/08, do governador, que cria o Plano Decenal de Educação do Estado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais dará início, nesta terça-feira (17/3/09), a uma Consulta Pública pela internet. O deputado Dalmo Ribeiro convida a todos a participar até o dia 12 de abril, enviando pela internet sugestões de modificações do projeto, que depois de ser discutido pelas comissões da ALMG e aprovado pelo Plenário, será transformado na lei que vai estabelecer a política educacional do Estado para os próximos dez anos.

A Consulta Pública é uma das ações do Fórum Técnico Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional, que terá encontros regionais e uma etapa final, entre os dias 13 e 15 de maio, no Plenário da Assembleia.

As contribuições apresentadas na Consulta Pública serão discutidas, em Belo Horizonte, nos Grupos de Trabalho da etapa final do Fórum Técnico. Depois de analisadas e aprovadas, as sugestões da Consulta Pública serão incluídas em um documento final a ser entregue ao presidente da Assembleia.

Como participar - Para participar da Consulta Pública é necessário acessar a página principal da Assembleia na internet (www.almg.gov.br) e clicar no banner Plano Decenal de Educação. O usuário deverá preencher um campo com dados pessoais (e-mail, nome, telefone, sexo, município, categoria e entidade) e depois escolher sobre qual tema deseja fazer uma contribuição.

Temas - O Plano Decenal de Educação de Minas Gerais está estruturado em 11 temas: educação infantil; educação fundamental; ensino médio; educação superior; educação de jovens e adultos; educação especial; educação tecnológica e formação profissional; educação indígena, educação do campo e quilombolas; formação e valorização dos profissionais da educação; financiamento e gestão; e diálogos entre as redes de ensino e sua interação.

Comissão aprova projeto dos Jogos Olímpicos de 2016

O projeto que trata das medidas a serem adotadas pelo Estado para a realização de parte dos Jogos Olímpicos de 2016, do qual o deputado Dalmo Ribeiro é o relator, teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta terça-feira (17/3/09). O projeto tramita em dois turnos e, antes de estar pronto para o Plenário em 1º turno, ainda terá que passar pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

As medidas sobre as Olimpíadas estão detalhadas no Projeto de Lei (PL) 2.948/08, do governador. Com a implementação das ações, Minas estará apta a realizar parte dos jogos, caso o Rio de Janeiro seja escolhido a sede. Entre as medidas, o Estado se compromete a observar as regras de acessibilidade e funcionalidade para pessoas com deficiência; reforçar a segurança pública; facilitar o trânsito de pessoas e veículos e a proteção do meio ambiente, bem como fazer obras de infra-estrutura. Também garante que será atendido o plano apresentado na candidatura do Rio e que serão desenvolvidos programas para aproveitamento posterior das instalações dos jogos.

Projeto quer uso de programa aberto de informática na administração estadual

O Projeto de Lei (PL) 748/07, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, passou pela CCJ e agora está pronto para ser apreciado pela Comissão de Administração Pública. O PL dispõe sobre a utilização de programas de informática abertos na administração pública estadual. De acordo com o texto, os organismos públicos ou privados sob controle do Estado ficam obrigados a utilizar preferencialmente, em seus sistemas e equipamentos de informática, programas abertos, livres de restrição proprietária quanto a sua cessão, alteração e distribuição. “O uso de programas abertos trará uma economia substancial de recursos do Estado que antes eram usados para pagar as licenças dos programas e agora poderão ser investidos em causas sociais carentes de recursos”, afirma o deputado Dalmo Ribeiro.